

# ANÁLISE



Carlos Manuel Serra, Jurista  
cmanuelserra@gmail.com

## Educação - o grande desafio do quinquénio

**T**erminei o artigo da semana passada propondo a criação do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, que galvanizasse esforços no sentido de elevar a qualidade do ensino nos estabelecimentos públicos e privados, promovendo uma abrangente, séria e profunda reforma no ensino, em termos ajustáveis à realidade moçambicana e aos desafios de um mundo em profunda transformação. No entanto, o Governo que tomou posse no dia 18 de Janeiro de 2010 assumiu uma feição de continuidade, sendo que a educação e o ensino superior permaneceram no mesmo ministério – o da Educação (a cultura passou a ser tratada em ministério autónomo).

Ora, depois de aludir ao ensino superior, urge referir que também a nível da educação geral são necessárias mudanças profundas, a começar pela elaboração de uma política de reforma que seja consentânea com as reais necessidades do nosso país, enquanto resultado de um profundo diagnóstico dos principais problemas que enfermam o sector. Não obstante muito estar já realizado em termos de pesquisa das causas do disfuncionamento da educação, não temos sido capazes de capitalizar os estudos realizados em propostas de mudança que coloquem o sistema de ensino no patamar merecido. Será, em meu entender, fundamental que encontremos o nosso modelo de educação, fugindo à tendência de importar literalmente as opções tomadas por outros países, ainda que dotadas de sucesso, visto que cada realidade estadual tem as suas características intrínsecas, merecendo igualmente um tratamento específico. Precisamos, portanto, da nossa reforma, a qual só poderá ser levada a cabo com êxito se houver ampla participação de todos aqueles que têm uma palavra a dizer, especialmente os professores, verdadeiros heróis num mar de dificuldades.

É certo que a prioridade do Governo para o sector da educação no período de 2004 – 2009 foi garantir, em consonância com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e da Iniciativa Educação para Todos, que, até 2015, todas as crianças, especialmente raparigas, tenham acesso completo à escolarização primária. Nesse sentido, Aires Ali, então ministro da Educação e Cultura e actualmente primeiro-ministro, fazendo o balanço do sector em entrevista à STV (15/10/09), afirmou que “Um dos grandes avanços do nosso Governo, nos últimos cinco anos, foi a expansão da rede escolar, a oportunidade que demos a muitos moçambicanos de poderem ir à escola. Hoje, podemos dizer, por exemplo, que os maiores ganhos estão a nível do ensino primário (EPI e EP2), onde a taxa nítida de escolarização subiu para 99,2%”.

É também certo que, da leitura do Plano Estratégico da Educação II (PEE-II) para 2007 – 2011, ao lado da educação universal e igualdade de género, bem como do fortalecimento da capacidade de gestão, encontramos, como objectivo fundamental, a educação com qualidade. Contudo, das palavras à acção vai um longo, complexo e penoso caminho. Os riscos de uma educação demasiado centrada na preocupação com os números, em detrimento da qualidade, são naturalmente elevados. Chegamos a um momento que devemos colocar a qualidade como preocupação efectivamente nuclear.

Ora, a qualidade deve iniciar, desde logo, na formação de professores como prioridade máxima, dotando cada novo quadro formado com as competências técnicas e humanas essenciais a uma formação de qualidade. Presentemente, o Governo tem vindo a aumentar o número de professores com formação de 10.ª classe mais dois anos e com 12.ª classe mais um ano, de modo a fazer frente à meta de universalizar o ensino primário (obrigatório, da 1.ª à 7.ª classes), por um lado, e aumentar o número de alunos a frequentar o ensino secundário (incluindo o 1.º ciclo, da 8.ª à 10.ª classes, e o 2.º ciclo, da 11.ª à 12.ª classes), por outro lado. Para o efeito, existem já institutos de formação de professores em todas as províncias. Naturalmente que, consciente das fraquezas que caracterizam muitos dos jovens professores, o Governo, entre outras acções, abriu a oportunidade para a continuação dos estudos na Universidade Pedagógica. A elevação do perfil do professor tem, portanto, que assumir uma atenção muito especial por parte do Executivo.

Por seu turno, importa ainda dignificar a profissão de professor, há muito relegada para segundo plano. Para o efeito, importa pagar melhores salários, criar incentivos de ordem diversa, melhorar a definição e progressão nas carreiras, garantindo uma maior motivação e atracção pela função. Curioso é que

todos nós passámos um dia pelos bancos da escola, colhemos - bem ou mal - imensos subsídios para o resto da vida, mas poucos de nós nos colocamos no lugar daqueles que asseguraram o nosso processo formativo. O que significa ser professor em Moçambique? A este respeito, Aires Ali afirmou, nessa entrevista, que “Todos os professores são importantes. É claro que é uma profissão que exige muito sacrifício e, infelizmente, não conheço nenhum país que consiga pagar ao professor aquilo que deve receber”. Certo, mas nós temos que ser diferentes, a educação é o sector chave no objectivo do desenvolvimento sustentável, e isso pressupõe dignificar o professor.

Um trabalho profundo deve ser levado a cabo a nível dos estabelecimentos de ensino contra qualquer foco de corrupção, assédio sexual e outros comportamentos ilícitos. No que diz respeito à corrupção propriamente dita, importa tomar em consideração o estudo intitulado “Corrupção no Sector da Educação em Moçambique”, realizado pelo Centro de Integridade Pública, publicado em Dezembro de 2006, e que, para todos os efeitos, permanece plenamente actual. Segundo a investigação realizada, a corrupção nas escolas é uma realidade incontestável, envolvendo pais e demais encarregados de educação, directores das escolas, professores, outros funcionários da educação e alunos.

Prova disso é o facto de nos últimos dias, em pleno período de realização de exames de admissão aos estabelecimentos de ensino superior público, terem sido detectados diversos casos de fraude, nos quais o mais frequente se traduz na aquisição do enunciado da prova de avaliação por parte de alguns candidatos através do pagamento de quantias monetárias àqueles que deveriam zelar pela transparência do processo. Entre detenções e anulações de provas, os casos constatados apenas serviram para manchar todo o esforço dispendido por parte do Executivo, das instituições de ensino e de muitos quadros honestos, mas, principalmente, para pôr a descoberto as imensas fragilidades do Sistema Nacional de Educação. A educação vai ficando cada vez mais desacreditada.

A Inspeção Nacional de Educação, que pouco se faz sentir, contribuiu para o sentimento de impunidade generalizada, tem que funcionar em termos mais amplos, sérios e eficazes, se queremos, efectivamente, fazer regressar o respeito pelos princípios e valores às nossas escolas. Importa, certamente, fazer uso não apenas da função sancionatória dos serviços de inspecção, como, principalmente, da função pedagógica, criando-se as bases para uma maior transparência no sistema de ensino. O risco de não se fazer nada redundando na mais profunda normalização e/ou banalização das ilegalidades, senão vejamos: um jovem adolescente que ao longo do processo educacional tenha tido que pagar não só para conseguir uma vaga na escola, como, depois, para passar de ano ou obter um certificado, ainda que tenha sido um estudante interessado e aplicado, virá, muito provavelmente, a encarar a corrupção como algo perfeitamente natural e enraizado nas diversas esferas da sociedade.

Depois, há todo um esforço a nível do próprio modelo metodológico de ensino que reside na perspectiva clássica, herança colonial, no qual o aluno é uma mera tábua rasa, cingido a absorver informação veiculada pelo professor, oralmente ou através dos manuais de ensino, constituindo mero sujeito passivo da relação pedagógica, a quem, salvo raras excepções, se permite o uso de um pensamento próprio ou de capacidades criativas. Em meu entender, teremos que ser capazes de realizar uma autêntica reforma no plano dos métodos de ensino, tornando o aluno sujeito activo do processo de aprendizagem, incentivando-o a pensar e a criar, a ter amanhã, na sociedade, um papel cada vez mais preponderante. Significa, em termos resumidos, ensinar cada aluno a tomar a iniciativa. Recomendando aos leitores, nesse sentido, que procurem e vejam o filme “Clube dos Poetas Mortos”, realizado por Peter Weir, datado de 1989, com Robin Williams como principal actor.

A educação é, sem margem para dúvidas, a condição fundamental para o sucesso do programa governamental para os próximos cinco anos nas mais diversas áreas e para a conquista de um lugar indiscutível no comboio do desenvolvimento sustentável. Para o efeito, importa fazer as escolhas certas, arregaçar as mangas, lançar mãos à obra e trabalhar incansavelmente na construção de um sistema de educação quantitativa e qualitativamente acessível a todos os cidadãos. ■

*Ora, a qualidade deve iniciar, desde logo, na formação de professores como prioridade máxima, dotando cada novo quadro formado com as competências técnicas e humanas essenciais a uma formação de qualidade*